

A GRANDEZA DO APRENDER A APRENDER NA LUCIDEZ DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS

EDMAR SOUZA DAS NEVES ¹

RESUMO

A GRANDEZA DO APRENDER A APRENDER NA LUCIDEZ DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS Edmar Souza das Neves/ edmar.das@bol.com.br/ Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Educação Física Escolar GEPEEF/UFPI/CNPq Ana Paula Farias de Oliveira - UFPI Isabelli Christine Leoes de Sousa - UFPI Eduarda Francis Lopes dos Santos - UFPI Eixo Temático: Cidadania, Direitos Humanos e Interculturalidades - com ênfase na educação em direitos humanos, na superação da violência da indisciplina nas escolas, em suas diferentes formas de manifestações

Resumo Para realização do referido estudo, nos apropriamos dos pressupostos teóricos e metodológicos do ensaio científico. Que segundo Demo (2010) tem como vocação abordar de forma contextualizada e respaldada um determinado tema e emitir um posicionamento crítico acerca do mesmo. assim sendo, nossa intenção é refletir de forma contextualizada e problematizadora, sobre a relevância de educar, considerando as perspectivas críticas apontadas pelos educadores Boaventura de Sousa Santos e Paulo Freire. Para tanto, a análise parte das perspectivas da concepção Multicultural de Direitos Humanos e da Pedagogia da Tolerância respectivamente ponderadas pelos dois autores em suas obras. Consideramos a partir dos referidos textos, pontos que emergem de suas concepções críticas e por excelência políticas sobre a constituição da identidade terrena dos homens e mulheres frente as demandas impostas pelas culturas sociais dominantes, essa que se apresentam como práticas de emancipação a universalidade dos direitos humanos sem considerá-lo como condição para legitimar o localismo cultural das sociedades em desenvolvimento. A esse respeito, apresentam condições que em determinados situações são irreversíveis ao processo de recriação da herança cultural histórica por meio de ações dominadoras, impositivas e alienantes que se configuram na ação colonialista e imperialista de determinados grupos em detrimento as fragilidades dos dominados. Nessa perspectiva, pensar caminhos que possam dar conta de uma emancipação social dos povos explorados e excluídos, torna-se um desafio ao mundo contemporâneo, tendo em vista a tradição legitimada pela condição de dominação política, econômica, cultural e social, historicamente vividas ao longo dos últimos séculos nos países pobres e em desenvolvimento. Os marcos analíticos deste ensaio derivam essencialmente das abordagens mencionadas anteriormente de Sousa Santos (1997) e Freire (2013), sobre o processo de construção de uma sociedade

melhor, onde todos possam ser respeitados por suas condições culturais particulares e incluídos globalmente ao processo de desenvolvimento social e humano. Essas perspectivas referendadas a luz das interpretações desses autores, permite pensar que diante das condições reais vividas pelas sociedades pobres do mundo, que vivem constantemente nas armadilhas postas pela cultura hegemônica de uns poucos em detrimento de muitos, cria de certa maneira a esses muitos, necessidades de enfrentamentos no que concerne a busca por melhores condições de poder sobre suas próprias realidades. Nessa mesma direção, podemos dizer que a interpretação dos valores postos pela hegemonia do poder da classe dominante, ao que parece, não possibilita aos dominados a construção de uma consciência crítica sobre as condições de enfrentamento para uma sociedade melhor. Num outro olhar, podemos dizer, que esses problemas estão estritamente ligados as condições políticas e ideológicas que se firmam através das ações do homem em tempo e espaço fértil a sua reprodução. No entanto, a que se considerar que há reciprocidade nas interpretações da lógica dominante, pois ao mesmo tempo em que o dominado vive os auspícios do dominador, busca ressurgir como força, se não para controlar parcialmente a imposição do dominador, ao menos para defender-se das estratégias que o deixa impossibilitado de ver-se como autônomo das suas próprias ações. Partindo desse pressuposto, é que arriscamos dizer que tanto Santos (1997), quanto Freire (2013), acreditam na possibilidade de uma mudança conceitual de valores sobre a importância da vida humana no planeta, a qual emerge dos processos sociais e culturais. Essa mudança, ao que parece, dar-se-á à medida que os povos menos favorecidos tiverem consciência de sua força política ou de sua politização, de sua identidade com o lócus de sua existência, da importância que sua voz tem sobre as desigualdades sociais, essa em que tornar mínima as condições de respeito a diversidade cultural a identidade ontológica do ser humano em contextos plurais de saberes e desejos. Constatamos ainda, através dessas ponderações que, mesmo diante da adversidade enfrentada por todos que tem suas vidas controladas de forma mais intensa pela cultura do dominador, ainda sim existirá meios para que os dominados possam legitimar sua existência. Partindo desse princípio, incluímos na esteira dessa análise o processo educativo formal como condição norteadora para práticas emancipatórias, embora isso nos leve a um campo de entendimento não muito claro sobre as possibilidades que a educação formal possa dar como garantia da emancipação política de homens e mulheres na sociedade contemporânea, por entendermos que em grande medida o processo educativo estar a serviço da lógica capitalista de controle social e cultural no mundo globalizado. Por essa razão, dizemos que o fato de possibilitar a assistência educativa no chão das escolas a população de um determinado Território, Estado ou Nação, nem sempre é a garantia de um processo de formação para a autonomia e para a liberdade. Com acento a essa questão, compreendemos que muitas definições poderiam ajudar na interpretação do papel da educação para melhorar as condições de vida das sociedades que lutam para sobreviver em mundo marcado por gestos que se intensificam, acenam e validam as desigualdades sociais.

No entanto, destacamos que a intencionalidade de uma educação pautada pelo direito e respeito a singularidade humana amenizaria os desconfortos vividos pelos atores sociais em qualquer contexto educativo, esse em que se posiciona como controle das ações e direciona as verdades e descaracteriza a diferença como direito. Não seria possível terminarmos essa análise preliminar, sem considerarmos que a educação é um ato político, e por essa razão deixar de pensar que sendo um ato político necessariamente precisa estar em todos os contextos com todos os sinônimos a que lhe confere. A esse respeito, atribuímos também o direito a formação e qualificação de homens e mulheres que vivem em ambientes e em condições de encarceramento, ou de confinamento de suas liberdades. Não nos apoiamos tão somente a universalização desses direitos, mas na dignidade vista por meio deles, que é fruto de grandes conquistas sociais, como é o caso da educação como assistência e possibilidade de retorno a uma vida digna e de enfrentamento ao mundo do trabalho, a construção de uma nova história de vida e de realidades que poderão ser vividas através da consciência que fatalmente levará a querer ser mais. Portanto, concluímos que todo educador deve ter, sobretudo, consciência de seu ato ou ação política, que por meio de uma educação libertadora qualifique e possibilite sujeitos, acredite nas utopias, na transformação, numa sociedade mais justa e igualitária, na emancipação social que surgem como ações concretas e inacabadas, portanto imperfeitas e parciais. Com essa intenção, esperamos que as condições para todas as sociedades marginalizadas pela força de uma política que hegemoniza poderes, sirvam cada vez mais de aspiração a conquistas da dignidade humana. Que essa luta possa dar sentido a uma educação que se assente em princípios igualitários e responsáveis pela transformação social. Palavras-chave: Educação, Direitos Humanos, Multiculturalismo. Bibliografia: DEMO, Pedro. Pesquisa em Educação. São Paulo: Vozes, 2010.

Palavras-chave: .